



# Economia Verde: A nova cara do Capitalismo

**Expediente:**

*Publicação:* Jubileu Sul Brasil

*Produção de texto:* Fabrina Furtado, Miguel Borba de Sá, Marcos Arruda, Ivo Poletto, Sandra Quintela, Rosilene Wansetto, Iolanda Toshie Id, Verena Glass, Luiz Zarref e Maureen Santos.

*Edição/Revisão:* Andrea Rausch [dearausch@gmail.com]

*Arte e diagramação:* Hernane M. Ferreira [hernanemf@gmail.com]

**Mais informações:**

**JUBILEU SUL BRASIL**

*Telefone:* (11) 3112-1524

*Correio eletrônico:* jubileubrasil@terra.com.br

*Página:* www.jubileusul.org.br

**Apoios:**

## *Pra começo de conversa...*

Quando um time da capital ia jogar em estádio do interior, era uma reclamação danada. Chamavam o estádio de galinheiro: vestiário sem água, iluminação quebrada, torcida mal-educada. Às vezes podia voar uma laranja ou mesmo um rádio dentro de campo, dependendo dos ânimos. Tudo dependia da atuação do time local, que era patrocinado por uma das firmas do prefeito.

Mas o que mais chamava a atenção dos visitantes era o gramado. Melhor dizendo, a falta de gramado, principalmente na pequena área: puro deserto. Só que havia uma “solução” fantástica: em vez de recuperar a grama, cuidar melhor do campo ou fazer menos jogos por semana, o dono do time local preferia pintar de verde – isso mesmo, com tinta verde! – os buracos existentes na área!

Não por acaso, o patrocinador do time local era uma grande revendedora de tintas. Além dos modestos salários dos jogadores, ela fornecia todo mês dois galões de tinta verde-grama. O prefeito, por ser sócio minoritário da revendedora, usava o patrocínio como *marketing*. O proprietário era um grande usineiro da região, considerado um “sujeito de visão”, ganhador de prêmios do governo por ser exemplo de “políticas sustentáveis de desenvolvimento”, já que havia transformado o que sempre foi cana em algo chamado biocombustível, parte importante da “economia verde”...

A “moral” dessa história é que a “economia verde”, assim como a tinta verde-grama da pequena área, passou a ser vendida como solução para a crise ambiental e climática – mesmo estando claro que ela só resolve mesmo a crise do bolso de empresários “de visão” e de prefeitos de plantão.



# *Economia Verde: de onde veio isso?*

**N**os anos do Pós - II Guerra o capitalismo lançou a Revolução Verde, nome bonito para significar o tsunami de mudanças tecnológicas introduzidas na produção agrícola – introdução de pesticidas, inseticidas e adubos químicos, mudanças genéticas nas plantas, pulverização aérea de agrotóxicos sobre as plantações, invenção de máquinas cada vez mais caras e sofisticadas para substituir o trabalho dos agricultores familiares, etc. Tudo isto aumentou o PIB dos países e do mundo. Em médio prazo, porém essas mudanças tiveram efeitos danosos sobre a saúde humana – dos produtores e dos consumidores –, a fertilidade do solo e as florestas. Sem a precaução necessária, os insumos químicos agrícolas têm contaminado o ser humano e seu meio ambiente, proporcionando ao mesmo tempo fortunas para as empresas químicas privadas, e também a oportunidade de expansão acelerada da indústria farmacêutica, ambas usando fartos recursos recebidos dos fundos públicos.

A humanidade vive hoje outro ciclo parecido com o da Revolução Verde: o termo simpático e enganoso é Economia Verde.



Estamos diante de uma situação curiosa e, ao mesmo tempo, perigosa: depois de pouco mais de dois séculos de dominação capitalista sobre a vida social, o planeta Terra não suporta mais tanta depredação de recursos, destruição de biodiversidade e degradação do ambiente vital. E a maioria das pessoas que nele habitam igualmente já não suportam mais o grau de exploração e injustiça a que estão submetidas. Tanto esses setores populares quanto a mãe-natureza estão dando sinais de alerta: com essa velocidade crescente da produção e do consumo, com o cada vez mais próximo esgotamento do que a Natureza oferece, com o aprofundamento das desigualdades sociais e com o agravamento das ameaças climáticas, a humanidade pode chegar a guerras e até a auto-extinção.

Os sinais de que estamos perto de uma catástrofe se multiplicam, tanto no mundo natural como no social. Tsunamis, secas e enchentes avassaladoras, assim como rebeliões em obras das hidrelétricas e de estádios, nos dão uma dimensão e nos evidenciam o esgotamento do modelo atual de sociedade.

O diagnóstico é claro. Só que as grandes empresas e bancos, e as elites que se beneficiam, têm negado que o problema existe e ameaça a humanidade. E continuam repetindo que “o mercado resolve tudo”. Há muitas décadas, essas elites tentam maquiagem o fato de que só uma minoria da população do planeta ganha com o que elas definem como “desenvolvimento econômico”. A realidade, contudo, mostra o contrário: o modo capitalista de organizar a produção e a distribuição dos bens materiais e sociais está voltado para o lucro, não para as necessidades e direitos do ser humano. O resultado é a riqueza de poucos, em troca da miséria, opressão e exploração da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras.

Dados publicados pela ONU mostram que em 20 anos só 20% da população mundial ficou mais rica, ao passo que a maioria da população global empobreceu. E o empobrecimento dos 20% mais pobres é especialmente escandaloso: sua parcela de renda caiu 20 vezes durante este mesmo período! Estes 20% mais empobrecidos vivem com apenas 0,07% das riquezas.

A realidade social e as crises mostram que a promessa de humanizar o capitalismo e gerar vida digna por meio da teoria liberal dos séculos 19 e 20 e do “Estado de Bem-Estar Social” não passa de mentira. Em toda essa história, poucos se beneficiaram à custa de muitos! Mas agora já se sabe: esse tipo de falsa prosperidade social tem como fonte a exploração do trabalho do restante da população mundial. Esse modelo, em resumo, é insustentável em escala global. Mas os amantes do mercado continuam negando. Até pesquisadores e “cientistas” foram comprados para contestar as mudanças climáticas.

Tudo em vão! Até certo ponto, dá pra negar a realidade; a partir daí, ela fala por si. Com o aprofundamento da exploração capitalista num mundo globalizado, a degradação socioambiental vem crescendo na mesma medida das crises econômicas globais. Talvez as bolhas financeiras cresçam mais, o que não tem a ver com a economia real, a não ser na busca por novas formas de exploração do trabalho e da natureza. E assim os conflitos socioambientais não param de crescer, envolvendo não só as lutas por reforma agrária e soberania alimentar, e a resistência às hidrelétricas, até as lutas pelos direitos dos migrantes e refugiados climáticos, a esta altura mais numerosos do que os refugiados das guerras em curso no mundo capitalista.

## *Belo Monte*

A hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, é o maior e o mais caro projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. É também uma das mais polêmicas obras em andamento no momento. Idealizada ainda durante a ditadura militar nos anos de 1970, a usina era tão impactante que uma grande mobilização popular paralisou o projeto no final dos anos 1980. No início da década de 2000, porém, o governo resolveu retomar a ideia, ajustou o projeto para que não inundasse uma área tão grande, e iniciou o licenciamento da obra.

Todo o processo que se seguiu foi marcado por enormes irregularidades e violações da legislação ambiental, indígena e da própria Constituição Federal. Em função disso, o Ministério Público Federal já impetrou mais de 10 Ações civis públicas contra Belo Monte, das quais a maioria segue pendente na Justiça.

Conforme os últimos ajustes no projeto da hidrelétrica, os empreendedores estimam que a usina provocará o alagamento de cerca de 640 Km<sup>2</sup> (área maior que a cidade de Curitiba, com seus 435 Km<sup>2</sup>). Segundo o Estudo de Impacto Ambiental do projeto, uma superfície territorial de 486,54 ha no perímetro urbano de Altamira será alagada e/ou desocupada por razão de segurança. Esta área abrange 12 bairros diferentes (cerca de 50% do total de bairros de Altamira), e de acordo com o mais recente estudo da Universidade Federal do Pará, de março de 2012, 25,4 mil moradores de Altamira serão desalojados.

Ainda segundo o MPF, cerca de 40 mil pessoas perderão casas e terras por causa das obras de Belo Monte. Além disso, cerca de 300 mil habitantes dos municípios de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Anapu, Vitória do Xingu, Medicilância, Gurupá, Brasil Novo, Placas, Uruará e Pacajá, 14 mil pessoas que vivem nas Resex do Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio, Verde para Sempre e Médio Xingu, além de 21 comunidades quilombolas da região, serão direta ou indiretamente afetadas pela usina.

O pior impacto de Belo Monte, no entanto, é que cerca de 100 km do rio deverão praticamente secar após a construção da usina, na chamada Volta Grande do Xingu. A Volta Grande é um trecho onde o rio faz um tipo de laço, e nas duas extremidades as águas serão desviadas para o reservatório, o que fará com que os níveis da água e do lençol freático neste pedaço de rio baixarão, como consequência da redução das vazões. Isso causará sérios problemas para a navegação, a pesca e o consumo de água.

No trecho onde o rio secará, duas Terras Indígenas serão diretamente impactadas: a TI Paquiçamba, dos índios Juruna, e a área dos Arara da Volta Grande. Já a área indígena Juruna do KM 17, que fica às margens da rodovia PA 415, o aumento do tráfego na estrada e a presença de um canteiro de obras já está causando grandes problemas aos indígenas. Por outro lado, as Terras Indígenas Trincheira Bacajá, Koatinemo, Arara, Kararaô, Cachoeira Seca, Arawete e Apyterewa, Xipaya e Kuruaya já sofrem impactos, como escassez de pesca, pressão de desmatamento, pressão da migração de

não-índios, pressão fundiária, epidemias de malária, entre outros.

Segundo o governo, há ainda registros de grupos indígenas isolados em três áreas do Xingu: na Terra do Meio, entre os rios Iriri e Xingu e a Transamazônica; entre os rios Iriri e Curuá e daí até a BR-163; e na Bacia do rio Bacajá. Trata-se de grupos que vêm sendo pressionados pelo avanço da ocupação da região e que, provavelmente, não suportarão por muito tempo, caso perdurem as condições e o ritmo atual desse avanço. Isso é energia limpa? A que interesses servem esses megaprojetos de hidrelétricas?



Foto: João Zinclar

# *Negar a barbárie: até quando?*

Ao perceberem que maquiagem a realidade e negar as críticas dos movimentos e organizações sociais é um mau negócio, as empresas e seus estrategistas resolveram mudar de tática: reconhecem que problemas como as mudanças climáticas existem, mas buscam, ao mesmo tempo, maneiras de ganhar ainda mais com a necessária busca de soluções. Passam a promover a “economia verde”, ou “capitalismo verde”, ou ainda “ambientalismo de mercado”, mascarados no discurso do ‘desenvolvimento sustentável’. Mas, na realidade, capitalismo é sempre capitalismo, independentemente da cor e do adjetivo.

Já no período da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio92, esses setores capitalistas tentavam convencer seus pares da importância e da oportunidade de bons negócios abertos pela crise ambiental. A partir de 1997, por ocasião da Conferência que lançou o Protocolo de Quioto, que só começou a vigorar em 2005, começou-se a falar em “mercado de créditos de carbono” e coisas parecidas.

Antes de continuar essa história, vale a pena ver o que é o mercado de carbono, peça central do jogo.



## Crédito de carbono: o que é isso?

Vamos a dois exemplos: o Equador tem buscado desde 2009 obter ridículos US\$ 4 milhões em créditos de carbono em troca da oferta de oxigênio produzido pelos seus quatro milhões de hectares de floresta virgem, que o governo se compromete a conservar. Uma empresa gastou US\$ 5 milhões na construção de um incinerador que converte lixo em energia elétrica, e recebeu US\$ 500 milhões em créditos de carbono pelos gases-estufa que deixarão de ser emitidos. Um lucro líquido absurdo, equivalente a US\$ 450 milhões! Estes são dois exemplos de como funciona o ‘mercado global do carbono’. Trocando em miúdos, crédito de carbono é a troca monetária realizada entre partes, seja para manter uma floresta em pé emitindo oxigênio, caso do Equador, ou ainda para a não emissão de gases, como é o caso da indústria de incineração de lixo.

O Protocolo de Quioto é um acordo internacional segundo o qual os países do Norte se comprometeram a reduzir *voluntariamente* suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2% até 2008-2012 em relação aos níveis de 1990. Isso significa que esses países passaram a ter cotas máximas de quanto “podem” emitir. Muitos deles emitem muito mais do que “poderiam”. E aí, o que fazem? Mudam a forma de produzir para emitirem menos? Não.



Alguns outros países, ou empresas, emitem menos do que a sua cota máxima “de direito”, e por isso vendem o restante do “direito de emitir”. Este é o mercado de carbono: os países ou empresas que emitem em excesso compram os “créditos” das empresas ou de países que emitem abaixo das suas cotas máximas, e passam a ter o direito de continuar poluindo acima do permitido.

Com isso, as emissões ou o controle de emissão viraram mercadoria, passando a ter valor financeiro: uma tonelada de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) equivale a um “crédito de carbono”. Este crédito se torna um título, uma mercadoria que é comercializada no “mercado de carbono”. Tudo somado, empresas e países *compram o direito de poluir*. E ainda lucram especulando com os créditos comprados!

Mas esse negócio não para por aí. As empresas que emitem demais também podem aplicar dinheiro nos países do Sul, empobrecidos, com o discurso de que apoiam projetos sustentáveis, isto é: projetos que deixam de emitir o que emitiriam se não contassem com o dinheiro deles. É o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Junto com o fato de isso não mudar nada em relação aos gases de efeito estufa emitidos para a atmosfera, vale examinar: trata-se de fato de “desenvolvimento limpo”? Examinemos alguns desses projetos.

### *Projeto (a): Mecanismo de Degradação e Liquidação das Florestas: o Projeto “Plantar”*

Esse foi o primeiro projeto de MDL no Brasil a negociar créditos de carbono do grupo “Plantar”,

em parceria com o Fundo Protótipo de Carbono, do Banco Mundial. A justificativa do projeto é a redução das emissões de gases de efeito estufa por meio da plantação de eucalipto para produzir carvão vegetal, ao invés de mineral, para a produção de ferro. No entanto, desde 2003 dezenas de organizações e movimentos sociais vêm denunciando o projeto Plantar por não contribuir para o desenvolvimento nem ajudar a combater a mudança do clima. Ao contrário, monoculturas de árvores como o eucalipto são práticas nefastas para a população local e o meio ambiente: secam os rios, contaminam o ar e a água por causa do uso de produtos químicos, e reduzem a biodiversidade da terra afetando, assim, a vida das populações que dela dependem. Por isso ganharam o nome genérico de deserto verde.

### *Projeto (b): Mecanismos de Destruição e Lixo: a TKCSA*

Desde 2005, associações de moradores de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, aliadas a movimentos sociais e pesquisadores, vêm denunciando o processo de instalação do complexo siderúrgico da ThyssenKrupp CSA-TKCSA (empresa alemã). As denúncias incluem perseguições e ameaças às lideranças contrárias ao projeto, inclusive por parte de milícias, ilegalidades no processo de licenciamento e agressões ambientais e à saúde da população, como resultado da operação da empresa. A empresa foi embargada pelo Ibama e multada várias vezes. Diversos crimes e ações ilegais foram cometidos pela empresa: construções sem autorização governamental; supressão de áreas de manguezais não previstas; e intervenção em margem de rios sem

autorização; péssimas condições de trabalho e morte de operários; e destruição do modo de sobrevivência da população local, que é a pesca.

Muitos estudos, inclusive um Relatório técnico da Fiocruz, divulgado em outubro de 2011, demonstram o impacto da TKCSA e de seus rejeitos industriais sobre o ar, a saúde pública e o meio ambiente. Entre os problemas identificados, destaca-se o aumento das doenças respiratórias, dos casos de câncer, de micoses e outras doenças dermatológicas. Danos à saúde dos



moradores de Santa Cruz e áreas contíguas, e piora na qualidade do ar da região, levaram o Ministério Público estadual a ingressar na justiça com pedido de liminar que proíbe a

empresa de despejar ferro gusa em poços ao ar livre sem controle de emissões de poluentes. O funcionamento da siderúrgica aumenta em 76% a emissão de CO<sup>2</sup>, lançando 12 vezes mais gás poluente do que toda a indústria do Rio de Janeiro.

Mesmo com tudo isso, a TKCSA recebeu em outubro de 2011 sinal verde do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, da Organização das Nações Unidas, para obtenção de créditos de carbono! A justificativa é o uso de energia elétrica a partir do reaproveitamento de calor e de gases do processo siderúrgico. O projeto ainda precisa ser validado e aprovado pelo Governo brasileiro.

Novo aviso à ONU, ao Governo e a todo o povo do Brasil: a TKCSA gera refugiados pescadores, poluição e morte. Não reduz emissões de carbono!

## *Retomando a história...*

A estratégia avançou. Ao longo dos anos 1990 e, principalmente, a partir do ano 2000, a palavra de ordem no mercado passou gradativamente a ser: “verde”. Tudo teria que virar verde, sustentável, ecológico, natural, ecologicamente amigável, etc. Mesmo não sendo verdade. Não importa. Mesmo que a realidade seja exatamente o oposto, não importa. Até empresa de petróleo mudou de nome, adotando logomarca e personalidade corporativa verde. É só ver o material produzido por tais empresas e as suas propagandas: tudo é verde!

Seria demais lembrar que o acidente da British Petroleum no Golfo do México deu-se no exato momento em que a empresa, sedenta por lucros verde-oliva, passou a chamar-se só BP, apresentando-se como empresa de energia, representada agora por um brasão amarelo e *verde*.

No Brasil, esse cinismo também passou dos limites. Temos até empresas de mineração e siderurgia – atividades de grave impacto ambiental negativo – posando de solução verde. A Petrobras anda dizendo por aí que deixou de ser petroleira para virar empresa de energia, e a Vale tenta nos convencer de que é exemplo de sustentabilidade e que é nossa. Quem faz parte deste “nós”? Em 2007 a Vale passou por uma mudança em sua logo justamente para dar essa cara *verde*.

Em menos de duas décadas o mercado fez um giro de 180º em sua forma de lidar com o problema: inicialmente,

assustado diante de qualquer fala sobre ecologia ou sustentabilidade, negava tanto o problema quanto a sua responsabilidade; em seguida, o mercado passou a apresentar-se como o mensageiro que alerta para a gravidade da crise e passa a adotar o discurso *sustentável*. O documentário “*Uma Verdade Inconveniente*”<sup>1</sup> fala por si próprio: fala diretamente para aqueles do mundo empresarial que ainda não tinham entendido que a catástrofe socioambiental, como tudo no capitalismo, também pode ser convertida numa ótima fonte de lucros.

Al Gore foi vice-presidente dos Estados Unidos no período em que Bill Clinton foi presidente (entre 1993-2001). Ele já havia participado da Rio92, e após perder as eleições presidenciais de 2000 para George W. Bush, Gore tornou-se mais audacioso. Os EUA são o país que mais emite gases de efeito estufa na atmosfera terrestre. Mas Al Gore nunca escondeu que seu objetivo era convencer o empresariado norte-americano das oportunidades de lucro com a crise climática. Vale lembrar que Gore sempre foi acionista de empresas petrolíferas, atividade de gravíssimo impacto ambiental.

---

<sup>1</sup> *An Inconvenient Truth*, em inglês, produzido por Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA,

*“Verde”. Verde mesmo?  
Só se for na nota de dólar...*



**N**o começo da segunda década do século XXI a contradição parece mais clara e explícita do que nunca. Por um lado, um sistema socioeconômico que oprime, exclui e destrói. Por outro, os poucos beneficiários do sistema usam de todos os meios para mantê-lo e reproduzi-lo, mesmo se isso significa levar os conflitos de classe e as crises ambientais às últimas consequências. A geração ampliada de lucros tem que continuar, custe o que custar.

Farão de tudo para convencer a todos de que o que é bom para eles – livre mercado, individualismo, consumo, flexibilização trabalhista e ambiental, especulação financeira, dívidas impagáveis e juros compostos, grandes favores estatais em troca de dinheiro para campanhas eleitorais – é bom para todos. E o pior é que eles conseguem enganar muita gente. Temos de ficar espertos!

Na época da Conferência de Estocolmo, em 1972, eles não queriam nem ouvir falar de meio ambiente. Na Rio92 o “mercado” já lançava a ideia de mercantilizar a natureza. Em 2002, na Rio+10, o que foi denominado “responsabilidade social corporativa” foi alçado à categoria de mecanismo preferencial para lidar com as “questões que afetam a todos”. Sem perder lucros, é claro! Propuseram ainda, que Fundos públicos passassem para as mãos das empresas, através de isenções fiscais ou doação direta com a promessa de dar conta e resolver os impactos sociais e ecológicos, causados pelas próprias corporações. Exigiram recursos para avançar nas propostas de geo-engenharia e outras soluções “técnicas” que não questionassem o modelo econômico e social dominante, aumentando os lucros capitalistas.

Faz-se de tudo para legitimar o capital privado como o sujeito social capaz de salvar tanto a economia quanto o planeta, e livrá-lo – o Capital – da responsabilidade pela gestação da crise atual, que é, na realidade, filha da sua “lógica” voraz por lucros incessantes.

É preciso insistir na pergunta: “Mas será que quem gestou a crise pode nos ajudar a sair dela?”

A resposta, já dada por Einstein, é *não: a mesma lógica que provocou o problema não pode ajudar a enfrentá-lo*. Foi justamente a expansão da lógica de mercado desregulado durante a era neoliberal, dos anos 1980 e 1990 em diante, que aprofundou ainda mais o domínio planetário do sistema capitalista – inclusive a exploração ainda mais drástica dos recursos naturais e do trabalho humano –. Por que, então, acreditar que o mercado poderia ajudar? É a velha tentativa de dar mais veneno para curar uma crise de envenenamento.

Se o que for feito não resolve as grandes questões das relações sociais e ambientais, pelo menos resolve o

problema de liquidez monetária por mais um tempo – e toca-se o barco.

## DE COPENHAGUE A CANCUN: AVANÇAM OS MECANISMOS DE MERCADO

A Conferência-Marco das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, realizada em Copenhague em 2009, chamada COP15, marcou a vitória dessa nova estratégia do “mercado”: aproveitar-se da crise ambiental para produzir mais lucros, mesmo que isso aprofunde o problema. Mas só na COP16, em Cancun, México, no ano seguinte, é que o “mercado” e governos afins fecharam um grande acordo: transformar a natureza em mercadoria, passível de ser vendida, comprada e especulada. Se entre os séculos XVIII e XX o capitalismo já havia transformado solo, trabalho – inclusive o dos escravos e o infantil -, minérios, vapor, petróleo e o próprio dinheiro em mercadorias, o capitalismo do século XXI dá sua contribuição mercantilizando ar, gás carbônico, código genético, água, beleza natural e até mesmo ideias na cabeça das pessoas.

É possível aguentar tudo isso?!

Em 2011, a COP17 foi realizada em Durban, na África do Sul. A mobilização da sociedade civil, especialmente a sul-africana, visou barrar o aprofundamento do Acordo de Cancun. Mas não houve avanços. Apenas se conseguiu que o Protocolo de Quioto não fosse abandonado, mas tudo foi empurrado com a barriga para um próximo acordo.

No mais, o Fundo Verde continua fraco, por causa da crise mundial, e o Banco Mundial, um dos principais financiadores das atividades que geram as mudanças climáticas, é mantido como seu gestor. Logo esse banco, que, da mesma forma que as demais Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), está a serviço dos interesses do Norte

global, das empresas transnacionais e das elites financeiras e políticas. Essas instituições são responsáveis por fortalecer o sistema econômico que empobrece a grande maioria da humanidade, espolia a natureza, gera aquecimento global e acaba com a soberania dos povos.

**FMI BM**



# O que é e o que esperar da Rio +20?

A Rio+20, que acontecerá em junho de 2012, pode tornar-se a Conferência da ONU em que será sacramentada a submissão da vida, em todas as suas formas e dimensões, aos interesses das grandes corporações capitalistas que dominam o planeta. E, junto com isso, anunciar ao mundo o remédio para todos os males: a “economia verde”, capaz de gerar um novo tempo de crescimento econômico global “sustentável”!

Na verdade, a Economia Verde consiste num conjunto de ‘remendos’ tecnológicos e soluções curativas dos sintomas do problema ambiental, que evita enfrentar as causas principais da pobreza, da desigualdade e da opressão: a ganância e voracidade do grande capital em busca de lucros imediatos, com fim principal da atividade econômica, e a qualquer custo. Seus promotores inventaram os três P em inglês - “*Planeta, Pessoas, Lucro*”<sup>1</sup>. A realidade comprova que esta tríade é enganadora, pois de fato os lucros são a prioridade primeira e última, que subordina a relação do capital com o Planeta e com as Pessoas.



<sup>1</sup> *Planet, People and Profit*. Fonte: *Report on the Green Transition Scoreboard*, Feb. 2011, Ethical Markets Media, Florida, USA, p. 1.

Esses ‘remédios’, a nosso ver, servirão na realidade para resolver a crise dos lucros declinantes das corporações transnacionais, mas não para enfrentar os problemas dos povos e da Terra. E nem o dos governos altamente endividados. Pelo contrário, tendo por base o que tem acontecido até os dias atuais, deve-se reconhecer que essa solução mercantilista colocará em risco ainda maior até mesmo a possibilidade da vida humana no planeta.

Esse é o motivo maior para não deixar que grandes empresários e banqueiros gananciosos, junto com governos coniventes, decidam os rumos da vida de toda a humanidade e da vida da própria Terra. Mais do que nunca, precisamos estar atentos e dispostos a agir. E agir com urgência, já que eles estão avançando. Vejamos alguns exemplos.

O Banco Mundial estava desacreditado e descapitalizado por causa do fracasso das políticas neoliberais que ajudou a disseminar, junto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (e a Organização Mundial do Comércio (OMC)). A guinada empresarial rumo ao capitalismo verde deu nova oportunidade para o Banco Mundial voltar a ter uma função importante no sistema: espalhar pelo mundo a ideologia do “ambientalismo de mercado”. E ele o faz através do financiamento de projetos que têm como objetivo elaborar e publicar conhecimentos técnicos, políticos e jurídicos em favor das “soluções de tudo” por meio da economia verde. Além disso, cabe-lhe participar e defender essa opção nas negociações oficiais na ONU.

Mesmo se a gente tenta esquecer por um instante o cinismo presente nessa história, o fato é que o Banco Mundial continua sendo um grande risco nas negociações mundiais sobre as mudanças climáticas. Pois não é possível esquecer que ele continua financiando combustíveis fósseis, algo que só aumenta sua dívida ecológica com a

população e com o planeta<sup>2</sup>. Em 2010, o financiamento anual do Banco Mundial para combustíveis fósseis atingiu o valor de 6 bilhões de dólares de um total de subsídios públicos passados às petroleiras de US\$557 bilhões! Em abril de 2010 o Banco aprovou um empréstimo de US\$3,75 bilhões para o conglomerado de energia sul-africana Eskom, com altos níveis de emissões – uma de suas empresas emitirá pelo menos 25 milhões de toneladas métricas de dióxido de carbono por ano – . O empréstimo beneficiará principalmente empresas transnacionais, como a Anglo American Corporation, que receberá a energia mais barata do mundo para atividades de mineração.

Mas vamos fingir que dá pra esquecer essas coisas, por um instante, apenas para entender melhor qual é a essência da estratégia dessa instituição capitalista.



Vamos ao coração da estratégia do novo Banco Mundial... verde. O que seus dirigentes querem é ganhar a batalha das ideias: espalhar a ideologia do livre mercado capitalista, agora pintado de verde, para que penetre na consciência das pessoas e dos povos, convencendo-as de que esse é o melhor e o único caminho para enfrentar as crises. No fundo, trata-se de uma verdadeira lavagem cerebral: levar as pessoas a acreditar que o fim do capitalismo é impossível, tornando mais fácil imaginar o fim do mundo do que uma

<sup>2</sup> Atualmente suas emissões per capita, são mais de quatro vezes as do Sul. Esta é a dívida climática!

mudança no sistema econômico-social vigente. Financiam quem estiver disposto a produzir “conhecimento” que ajude a defender a submissão total da natureza, da vida e das relações sociais ao sistema capitalista.

Só com essa informação é possível entender por que há uma explosão mundial de estudos, pesquisas e teses, e novas ONGs e “projetos-piloto” sobre o que denominam biocombustíveis, geo-engenharia, energia hidrelétrica e nuclear, mercado de créditos de carbono, MDL, REDD, PSA, Teebs... Uma verdadeira sopa de letrinhas e siglas, criadas, certamente, para confundir a gente!

REDD, por exemplo, é ruim? Ruim de entender, difícil de desmascarar. Para começar, REDD significaria “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação” ou podemos dizer “Rápido Enriquecimento com Desapropriações de terras e Destruição da biodiversidade”?

A proposta central do REDD é essa: os países que podem reduzir as emissões causadas pelo desmatamento devem ser compensados pela decisão de não desmatar. Tudo que é conservado passa a ter valor em moeda, na forma de crédito ou título de carbono, e é comprado por empresas, em geral com empréstimos do Banco Mundial. É por isso que se diz que tudo vira mercadoria, com valor de troca.

No entanto, para muitos povos indígenas isso significa “CO<sup>2</sup>colonialista” das florestas, pois esses contratos vão mudar quem decide, quais as formas e quais as finalidades do manejo das florestas. Quem decide: cada povo indígena, com autonomia e segundo sua cultura milenar que sempre preservou amorosamente as florestas e a biodiversidade? Ou os donos dos títulos de carbono?

A prática está mostrando que todas essas siglas são outras formas de permitir que as empresas do Norte

continuam comprando o direito de poluir. Os povos indígenas, os camponeses e outras populações tradicionais passam a fornecer um novo tipo de trabalho remunerado. Suas florestas viram uma mercadoria e a natureza um “serviço ambiental”. Considerando o montante de recursos financeiros implicado, já existem projetos envolvendo militarização, desapropriações, fraudes, conflitos, corrupção, coerção sobre lideranças, além de outros crimes ambientais<sup>3</sup>.

Do ponto de vista do planeta, não existe  
como jogar lixo fora. Porque não existe “fora”



<sup>2</sup> Rede Indígena sobre o Meio Ambiente. *Rápido Enriquecimiento con Desalojos, usurpación de tierras y Destrucción de la biodiversidad*. Disponível em: [www.ienearth.org/REDD/espanhol.pdf](http://www.ienearth.org/REDD/espanhol.pdf)



# *As tecnologias da Economia Verde*

**A**s tecnologias “verdes” vão estar na ribalta durante a Conferência Oficial da Rio+20. Propomos que a ONU assuma o compromisso de levar a negociação no sentido de criar um mecanismo internacional de avaliação de tecnologias e de informação que fortaleça a soberania nacional e as escolhas de políticas tecnológicas que tenham como fim a justiça social e ambiental, e não o lucro.

## **BIOMASSA**

Há uma tendência a submeter o tema de alimentos e agricultura a uma agenda ambiental corporativa mais ampla, que tende a ignorar as crises alimentares globais recorrentes e as suas causas, bem como as ligações da agricultura industrial com a crise climática e também com a saúde, em relação ao aumento da incidência de diversos tipos de câncer. As corporações tendem a desvalorizar o Comitê sobre Segurança Alimentar Mundial, hoje reestruturado, negando seu papel de parceiro-chave para o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, no marco da Soberania Alimentar.

Segundo o Pnuma, há 525 milhões de pequenas propriedades agrícolas, das quais 404 milhões têm menos de dois hectares. Os agricultores familiares respondem por mais de 70% da produção agrícola global e suas terras tendem a ter maior produtividade do que as maiores. Uma

parte dessas terras está sendo tirada das famílias para ser convertida em plantações de eucalipto, palma, soja, cana e pasto.

As corporações petroleiras e petroquímicas estão investindo pesado em insumos de biomassa, devido aos custos crescentes, oferta imprevisível e extração sempre mais desafiadora de petróleo e gás. A indústria química também tende a buscar sempre mais matérias-primas. Essas corporações não querem perder o controle da produção e distribuição de energia. Até a cana e o milho podem vir a ser substituídos por outras matérias-primas da biomassa ou sintéticas, num futuro não tão distante.

**MUDANÇA  
DE SISTEMA  
NÃO  
MUDANÇA  
DE CLIMA  
JUSTIÇA CLIMÁTICA JÁ!**

O grande capital argumenta que apenas 23,8% da biomassa terrestre anual da Terra chegam ao mercado. Portanto, ainda existem 76,2% da biomassa terrestre do Planeta para serem privatizados e mercantilizados. Estudos sérios de combustíveis produzidos a partir da biomassa, comparando custos totais com benefícios, têm mostrado que os custos superam os benefícios. A corrida pelo controle corporativo da biomassa tem gerado crescente preocupação com a grilagem legalizada de terras, que ameaça a soberania nacional e alimentar de muitos países.

## Mulheres e agrotóxico

Nós, mulheres, não nos deixamos enganar pelo reducionismo da crise ambiental às Mudanças Climáticas. Os que fizeram fortunas com a destruição de grande parte da biodiversidade, em especial das florestas, buscam auferir ainda mais lucros com o chamado Mercado Verde. Sem o compromisso de redução das emissões de gases poluentes, a espetacularização com que se divulgou a ameaça de Mudanças Climáticas serviu de pano de fundo para o lançamento do mercado de carbono como panaceia para salvar o planeta. As empresas que mais destroem a natureza (as de celulose, as mineradoras, as do agronegócio) são as que mais lucram com o mercado “verde”: movimentam cerca de 140 bilhões de dólares por ano.

Os fertilizantes e pesticidas químicos, a maioria produzidos nos países do hemisfério norte, inundam os países do sul, auferem lucros astronômicos, à custa da contaminação da população, do solo, da água e do ar. Desde 2008, o Brasil importou cerca de 400 tipos de agrotóxicos: é campeão mundial: 5,2 Kg por pessoa/ano, inclusive alguns proibidos na maioria dos países, mas permitidos no Brasil graças à isenção de 60% do valor dos impostos (e de até 100%, em alguns casos) concedida por Fernando Henrique Cardoso em 1997. Os produtores de agrotóxicos lucraram sete bilhões de dólares só em 2010.

Na fruticultura da Del Monte Fresh Fruits (antiga United Fruits) na Chapada do Apodi (CE), fazem-se pulverizações aéreas com agrotóxicos. Raquel Rigotto, professora da Universidade Federal do Ceará,

encontrou água contaminada nos poços artesanais, lençol freático e também nas torneiras domésticas. José Maria Filho, líder comunitário, conseguiu convencer um dos vereadores a propor uma lei – aprovada – proibindo as pulverizações aéreas. Foi assassinado com 18 tiros quando retornava para casa (21.04.2010). Em seguida, a lei foi revogada. Recentemente, a mobilização da população reconquistou, na lei, a proibição da aspersão aérea.

Pesquisa realizada pela bióloga Danielly Palma, da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), revela que em amostras de leite materno de 62 mulheres (coletadas de fevereiro a junho de 2010) do município de Lucas do Rio Verde (MT) foi detectada a presença de agrotóxicos em todas as amostras. Um deles, o DDE, derivado do DDT, cujo uso já é proibido desde 1998, foi o mais encontrado. Sabe-se que causa abortos e infertilidade masculina. As mães nutrizas foram aconselhadas, por pediatras, a não amamentar seus bebês. Algumas já tiveram filhos com má formação genética e câncer. Dentre as 62 mães, apenas três são rurais, o que permite concluir que também a zona urbana está contaminada.

Não nos deixamos enganar pelas falsas soluções como, na década de 70, a da revolução verde, que empestou o Brasil. Através da agroecologia, é possível a produção de alimentos saudáveis, diversificada, com alta produtividade, sem o uso de agrotóxicos. Estamos, pois, apoiando a agroecologia enquanto lutamos por outro padrão de consumo. A garantia da soberania alimentar depende do fortalecimento das atividades



**Cada brasileiro consome em média  
5,2 litros de agrotóxicos por ano  
Até quando vamos engolir isso?**

**CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA**

Segundo dados do Sindicato Nacional para Produtos de Defesa Agrícola (Sindage), em 2009, foram comercializados legalmente 1 bilhão de litros. Distribuindo a quantidade de veneno utilizado chegamos à média de 5,2 litros de agrotóxicos por habitante ao longo do ano.



Secretaria Operativa Nacional  
contraosagrototoxicos@gmail.com  
fone (11) 7181-9737  
skype contraosagrototoxicos

locais e regionais, ou seja, das feiras livres, da compra e troca direta, da circulação coletiva de alimentos; enfim, da economia solidária.

Denunciamos, pois, a monocultura voltada à exportação e ao monopólio do agronegócio, que contamina a população, o solo, a água e o ar; denunciamos os conglomerados de supermercados que, pelo oligopólio, sufocam os produtores, a agroecologia, e de modo especial a produção das mulheres. É preciso superar a dupla jornada de trabalho a que as mulheres historicamente foram submetidas, ou seja, suas funções de trabalho produtivo e reprodutivo.

Não nos deixamos enganar nem pela revolução verde nem pelo capitalismo verde, lutamos por outra matriz de sociedade: contra o patriarcado, pela superação da divisão sexual do trabalho, contra a mercantilização da vida das mulheres, pela soberania alimentar, por uma economia solidária e harmônica entre natureza e humanidade.

## NANOTECNOLOGIA

É a pesquisa do infinitamente pequeno, aplicada à geração de todo tipo de produto feito pelo ser humano<sup>1</sup>. Mais de US\$ 50 bilhões já foram investidos em pesquisa de nanotecnologia desde 2000. Só em 2006, além desses investimentos chegarem a US\$ 12,8 bilhões, a indústria de produtos nanoportadores vendeu mais de US\$ 50 bilhões. Tais produtos cobrem setores como o médico, o farmacêutico e o ambiental. Os investimentos têm aumentado no setor

---

<sup>1</sup> Um nanômetro equivale a um bilionésimo do metro. Um nanotubo de carbono, p.ex., é seis vezes mais leve do que o aço e cinquenta vezes mais resistente!

nanomineral (cobre, p.ex.), nanoagrícola (algodão, fibras naturais), nanoalimentar (óleos vegetais) e nanotêxtil (fibras multi-funcionais com propriedades termocromáticas, antibactericidas, magnéticas, elétricas para uso militar e esportivo).

Toda esta criatividade carrega uma séria ameaça: o mercado capitalista. Quando voltada para o lucro, a pesquisa tecnológica busca faturar e dominar o mercado como fins maiores, enquanto o serviço à humanidade é motivação secundária ou nula. Em ambiente competitivo, as tecnologias têm de ser protegidas pelo “segredo comercial”, e as empresas alegam não ter obrigações sociais de transparência, precaução e responsabilização pelos custos sociais e ambientais gerados pela aplicação dessas tecnologias. Como disse Muraro (2009:219), “(...) as ciências mais avançadas e mais libertadoras, se estiverem sob controle democrático, ou as mais perigosas, se estiverem sob o controle do dinheiro”.

É este o caso da nanotecnologia, que está avançando quase sem monitoramento e regulação. Os riscos para a saúde e o meio ambiente ainda são desconhecidos. Há dezenas de estudos mostrando os efeitos tóxicos de alguns nanoprodutos. Sensores que monitoram desde sementes<sup>2</sup> até o nosso cérebro, passando pelas armas de guerra, são produtos que colocam em risco não somente a democracia, mas também a ética dos direitos humanos e da Natureza. Entidades já avançaram pedido de moratória sobre a nanotecnologia, com base no princípio da precaução, até que as implicações socioeconômicas e sanitárias sejam esclarecidas.

---

<sup>2</sup> As corporações envolvidas visam ganhar “pleno” controle sobre a genética dos sistemas vivos. Não é por acaso o título do livro “Avanços Tecnológicos e o Futuro da Humanidade: Querendo Ser Deus?”, de Rose M. Muraro (2009).

## GEOENGENHARIA

Desde os anos 30 do século passado espalhou-se a noção de que o aquecimento global e outros fenômenos de origem tecnológica podem ser corrigidos com mais tecnologia. O objetivo da Geoengenharia, para os que creem nesta via, é controlar o clima, ou manipular o meio ambiente<sup>3</sup>. A Geoengenharia reflete a mesma abordagem que prevalece na medicina alopática em relação às doenças: maciços investimentos nos sintomas e quase nenhuma pesquisa sobre os fatores patogênicos. As estratégias são diversas, e enormes quantidades de fundos públicos têm sido canalizados para a pesquisa, o desenvolvimento e a operação dessas técnicas. Em 2009 entidades públicas e privadas do Norte lançaram a Iniciativa de Governança do Manejo da Radiação Solar, contando também com financiamento de Bill Gates e do Salão de Guerra do Carbono (Carbon War Room), cuja missão declarada é reunir “o poder dos empresários para implementar soluções à mudança climática impulsionadas pelo mercado”.

As técnicas incluem a fertilização dos oceanos com um excesso de ferro para alterar o metabolismo de CO<sup>2</sup> pelo plâncton; a produção de enchentes ou de secas por meios químicos; o lançamento de partículas refletoras na estratosfera, ou a criação de vulcões artificiais capazes de escurecer com cinza a estratosfera, criando um rebaixamento global das temperaturas (manejo da radiação solar); branqueamento das nuvens; biocarvão queimado e enterrado, entre outros. A publicação do Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnoliga e Concentração (ETC-Canadá) oferece uma lista de argumentos que tornam inaceitável a Geoengenharia (2010:33). A questão central

---

<sup>3</sup> Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnoliga e Concentração – Canadá (ETC), 2010, “*Geopiratería: Argumento Contra la Geoingeniería*”, comunicado n° 103 do Grupo ETC, Canadá.

é se governaremos a Geoengenharia, ou se é ela quem nos governará. Na economia, a Geoengenharia persegue a lógica do crescimento ilimitado: produzir e vender sempre mais, criando necessidades e mantendo a economia da oferta como paradigma; e o crescimento do PIB vai continuar sendo o critério da saúde da economia.

## BIOLOGIA SINTÉTICA

Esta expressão tem a ver com a manipulação dos genes para construir cadeias de DNA<sup>4</sup> sintéticas a fim de engendrar algas e micróbios que se comportem como “pequenas fábricas” de mínimas dimensões. A Biologia Sintética (Bio Sin) vai além da modificação genética de organismos (transgênicos), pois ao recombinar os componentes da cadeia genética ela literalmente inventa novos organismos. O objetivo é primordialmente comercial – transformar todo e qualquer elemento da biomassa em produto para o mercado, sujeito, claro, a uma patente que privatiza a invenção. Sua pesquisa está consumindo bilhões de dólares de origem pública e privada e envolvendo as maiores corporações dos setores químico, farmacêutico e energético.

A principal empresa tem base nos EUA, a Life Technologies Corporation. Em 2010 obteve uma receita de US\$ 3,6 bilhões e tinha 11.000 empregados em todo o mundo. Por meio de fusões e aquisições, ela tem ganhado o controle de empresas que produzem genes sintéticos, integrando sempre mais a cadeia produtiva Bio Sin. Enquanto isto, a Dupont já está vendendo seu bioplástico derivado de açúcares do milho; a Goodyear, com a Genencor, estão desenvolvendo borracha sintética para pneus. A Novartis

---

<sup>4</sup> Ácido DesoxirriboNucleico (DNA em inglês), o portador da informação genética que garante a reprodução e a evolução da vida.

domina inúmeros produtos Bio Sin via patentes e tem parceria com a Synthetic Genomics para o desenvolvimento de vacinas de gripe. Esta empresa anunciou recentemente a “criação” de uma célula bacterial autorreplicante com um genoma inteiramente sintético<sup>5</sup>. A pesquisa desenvolveu também novas ferramentas e técnicas de construção de grandes segmentos de código genético, e ensinou como transplantar genomas para converter uma espécie em outra. Logo o Instituto Craig Venter entrou em acordos comerciais com os grupos Exxon, BPe o grupo Genting, conglomerado produtor de óleo de palma na Malásia. Também nos EUA, o grupo Solazyme assinou contrato com a Dow Chemical para a venda de 76 milhões de litros de óleo sintético, gerado por algas que se alimentam de açúcar, para aplicações elétricas.

Esta manipulação da vida com fins comerciais por grandes corporações capitalistas está relacionada ao controle da biodiversidade, da biomassa e, até mesmo, da produção de alimentos, portanto, da segurança e da soberania alimentar dos povos. Ela é portadora de riscos incalculáveis e levanta problemas biológicos, éticos e políticos que deveriam ser estudados preventivamente, antes que consequências imprevisíveis gerem uma realidade ameaçadora para a vida no Planeta.

---

<sup>5</sup> <http://www.jcvi.org/cms/research/projects/first-self-replicating-synthetic-bacterial-cell/overview>. Esta empresa tem seu correspondente investigador no Instituto Craig Venter. Em 2003, o Instituto sintetizou um vírus que infecta uma bactéria. Em 2011, criou o genoma sintético *Mycoplasma Mycoides*. Injetado numa célula, o genoma sintético passou a controlar totalmente a célula.

# *Outras novas “biotecnologias” que anunciam a Economia Verde*

**N**ão teremos espaço aqui para continuar a discussão, mas não deixaremos de mencionar outras tecnologias ligadas às “ciências da vida”, que fazem parte do pacote rotulado de Economia Verde.

## **BIOINFORMÁTICA E GERAÇÃO DE DADOS SOBRE GENOMAS**

O primeiro genoma humano foi sequenciado num processo de 10 anos, envolvendo milhares de pesquisadores e US\$ 2,3 bilhões de custo. Em 2011, a empresa Complete Genomics Inc. declarou estar sequenciando cerca de 400 genomas por mês e esperava chegar a 1.000 genomas por mês no fim de 2011. O custo é de US\$ 9.500 por genoma (fatura mínima exigida: oito genomas). O mapeamento de quase 43 mil km<sup>2</sup> de Floresta Amazônica pela Instituição Carnegie para a Ciência, com o WWF e o governo do Peru, produz graves ameaças, tanto para a biodiversidade quanto para a soberania da nação andina sobre seu território.

## **ECONOMIA AZUL<sup>1</sup>**

Sua lógica replica a Economia Verde nos oceanos e noutros corpos de água. 71% da área do planeta é coberta de água e ecossistemas aquáticos. Nela existe um potencial

<sup>1</sup> Não confundir com a Economia Azul proposta por Gunter Pauli. Ver [http://www.community.blueeconomy.de/the\\_principles.php](http://www.community.blueeconomy.de/the_principles.php)

imenso de produção de açúcares e óleos, a partir do plâncton e de algas macroscópicas, para a economia baseada na vida orgânica. Grandes corporações estão investindo na pesquisa visando a exploração comercial “sustentável” da vida aquática para acelerar o crescimento econômico e a ampliação crescente dos níveis de consumo do planeta. No mundo aquático também estão competindo a produção de combustíveis com a de alimentos para consumo humano e animal.

## SEMENTES E PESTICIDAS

A biotecnologia atua na modificação genética das plantas com a lógica de aumentar a resistência delas a pesticidas e, assim, aumentar a produtividade. De fato, as consequências são negativas tanto do ponto de vista da saúde quanto da economia e da política alimentar. Há abundante evidência de que o uso de agrotóxicos está na origem de doenças fatais de produtores e consumidores. Os alimentos que contêm componentes transgênicos foram relacionados com desordens orgânicas e ambientais. De fato, os produtos transgênicos estão sendo testados nas populações que os consomem. Países como a Hungria fecharam as portas para a produção transgênica. Agricultores que adotam sementes transgênicas ficam cativos das detentoras de patentes, pois as sementes não se reproduzem e têm de ser recompradas em cada nova safra. As três maiores corporações de sementes, Monsanto, Dupont e Syngenta, controlam 53% do mercado mundial de sementes. Estudo do Grupo ETC, do Canadá<sup>2</sup>, sobre a lista de patentes relacionadas com a biotecnologia de

---

<sup>2</sup> Grupo ETC, 2011, “Who controls the Green Economy?”, Comunicado nº 107, Ottawa, Canadá: 22-23.

plantas, revela que a principal área de demandas de patente relacionava-se à tolerância de plantas a fatores não vivos que impactam o bioma (tensão abiótica); em segundo vieram a biomassa voltada para a energia ou para matérias-primas; e só em terceiro vieram as demandas ligadas à tolerância a herbicidas. O setor comercial de sementes e o mercado agroquímico estão estreitamente ligados. Cinco das seis maiores empresas agroquímicas também aparecem na lista das maiores corporações de sementes.





# *O que é “Dívida Ecológica”?*

## *Dívida Ecológica e Dívida Climática*

**D**esde o início da era colonial até hoje, o Norte Global – por meio de seus governos, de suas corporações e, nas décadas recentes, das instituições financeiras internacionais (IFIs) – saqueou bens naturais do Sul Global e explorou o trabalho dos seus povos. Pode-se dizer, sem dúvida, que a riqueza do Norte foi construída principalmente por meio da opressão e da exploração dos povos do Sul. A escravidão, a extração de minerais e hidrocarbonetos, a introdução e o estabelecimento de monoculturas, assim como o roubo da biodiversidade e de conhecimentos tradicionais, foram e são fontes de consolidação do poder econômico, industrial e militar dos países da Europa, EUA, Canadá, Japão e outras nações que comandam o sistema econômico dominante no mundo.

A história real mostra que houve mudanças nas formas desse uso e abuso da natureza e dos povos ao longo dos séculos. O advento da globalização neoliberal trouxe um aumento dessas formas de uso e abuso através de mecanismos de opressão e de controle, como o excessivo endividamento público, a expansão do chamado livre mercado, a subjugação cultural, bem como o uso da força. Esse sistema destrutivo afeta seriamente o presente e compromete o futuro de toda a humanidade e da natureza. Esta é a “dívida ecológica”, e dela o Sul Global é o credor!

---

<sup>1</sup> Norte Global significa o conjunto das elites econômicas, financeiras e políticas que têm oprimido e explorado os povos do mundo, inclusive os de seus próprios países de origem. Sul Global é o termo que abarca os setores oprimidos do mundo inteiro, inclusive os do Norte geográfico.

Dívida ecológica é um conceito que dá conta, por um lado, da análise detalhada da relação entre meio ambiente e questões sociais, e, por outro, da definição das responsabilidades passadas e presentes pela crise ecológica que aflige a Terra. Isso significa compreender o meio ambiente para além dos argumentos da conservação e da sustentabilidade, pois inclui o direito e a justiça. É um conceito que contribui para uma análise diferente das relações econômicas internacionais, que observa o intercâmbio entre o Norte e o Sul não só em termos econômicos, mas também em termos de sustentabilidade física e ecológica no seu verdadeiro sentido. Seu desdobramento gera ferramentas para acabar com os danos ambientais, para garantir reparações e punir os responsáveis. Além disso, fornece novos argumentos e autoridade para exigir o cancelamento da dívida financeira, acumulada de forma ilegítima. Assim sendo, a perspectiva da dívida ecológica tem como objetivo mudar o contexto de diálogo e das relações entre os países.



## *Acre: um estado verde?*

Nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2011, foi realizada em Rio Branco, no Acre, a oficina “Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES: Salvação da Amazônia ou Armadilha do Capitalismo Verde?”. A oficina contou com a participação de representantes de organizações indígenas, de seringueiros, ONGs e sindicatos do Acre e de outros estados da Amazônia Ocidental que tiveram a oportunidade de participar de um importante debate sobre os riscos que os mecanismos de mercantilização da natureza – como o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) – oferecem às comunidades.

Um dos resultados da oficina foi a CARTA DO ACRE, documento que expressa a contrariedade em relação à maneira com a qual os instrumentos de financeirização da natureza estão sendo apresentados na Amazônia e particularmente no Acre (primeiro estado do Brasil a ter uma legislação sobre o REDD). O conteúdo da carta resultou das discussões feitas durante os três dias de oficina e os dois dias que a antecederam, dedicados inteiramente a visitas de campo. Dentre outros, foram visitados projetos de pagamento por serviços ambientais, manejo comunitário de florestas (ambos realizados pelo governo do Acre) e uma comunidade que está sendo ameaçada por uma madeireira, situação que rendeu críticas ao governo estadual. Participaram da oficina e das visitas de campo figuras como Osmarino Amâncio e Dercy Teles (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri), ambos companheiros de Chico Mendes, além de professores da Universidade Federal do Acre – portanto, profundos conhecedores da realidade do Acre.



A oficina contribuiu para um processo mais amplo de questionamento à aplicação de mecanismos de mercado para questões ambientais, liderado pelo Grupo da Carta de Belém. É importante explicitar também que houve uma forte reação à oficina e, principalmente, à Carta do Acre, por parte dos setores da sociedade civil e do governo que já estão envolvidos com a implementação dos mecanismos da “economia verde”, embora as comunidades e grande parte da

sociedade civil continuem desconhecendo os impactos e as consequências desta.

Leia a Carta do Acre em <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/carta-do-acre-em-defesa-da-vida-da-integridade-dos-povos-e-de-seus-territorios-e-contra-o-redd-e-a-mercantilizacao-da-natureza/>

## *Carta de Belém*

O Grupo Carta de Belém é uma articulação nacional, criada em 2009, que tem por objetivos fortalecer e ampliar o campo político de crítica às propostas de mercantilização dos bens comuns e da natureza; e reforçar as políticas públicas estruturantes e eficazes para o fortalecimento de modos de produção sustentáveis da agricultura familiar e camponesa, extrativistas, de povos e comunidades tradicionais de modo sustentável da biodiversidade.

A articulação promovida pelo grupo busca aprofundar o debate sobre o contexto nacional de regulamentação de leis e políticas que transferem para as iniciativas de mercado e para o setor privado a responsabilidade do Estado brasileiro no cumprimento das Convenções de mudanças climáticas e de biodiversidade, e seus deveres constitucionais. Tais propostas ameaçam substituir ou legitimar-se como a grande política para este período de crises, em detrimento de todos os outros instrumentos que vêm sendo construídos pela sociedade na luta por direitos e por justiça socioambiental.

O Grupo é formado por Amigos da Terra Brasil, CUT, Fase, Fetraf, Faor, Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, Inesc, Jubileu Sul Brasil, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Terra de Direitos, além de organizações da Via Campesina Brasil.

# *A responsabilidade histórica e a Dívida Climática!*

A dívida ecológica tem duas dimensões principais: uma, a destruição ecológica e as injustiças socioambientais que ocorreram e continuam a ocorrer em um país, como resultado da intervenção de países do Norte, das corporações e das IFMs; a outra dimensão diz respeito à apropriação e à exploração desigual, pelos mesmos países, corporações e IFMs, dos bens que são comuns e que a Natureza oferece a todas as formas de vida. Neste sentido, as alterações climáticas podem estar relacionadas com ambas as dimensões da dívida ecológica.

Em relação à primeira dimensão, o crescimento econômico do Sul é baseado na exportação de matérias-primas e mercadorias de baixo valor agregado. É obtido por meio da promoção e do financiamento público de indústrias extrativistas e outras indústrias privadas poluentes, para garantir a transferência de bens naturais, matérias-primas e lucros do Sul para o Norte. O aumento das emissões de gases, o desmatamento, a depredação de ecossistemas e outros impactos ambientais que provocam alterações climáticas são chamados de externalidades, e quem paga a conta são a população local e os governos do país. Na dimensão global, como o Norte cresceu de modo especial devido à produção e ao consumo de combustíveis fósseis, que têm levado à atual crise climática, apropriou-se dos bens comuns da humanidade – a atmosfera e os oceanos – e reduziu a capacidade de absorção de carbono da biosfera. Enquanto

os países industrializados do Norte, que representam menos de 20% da população do mundo, geraram cerca de 75% das emissões históricas, são responsáveis por mais de dez vezes as emissões históricas dos países do Sul.

A proposta de “Pagamento de Serviços Ambientais” é baseada na mesma lógica do REDD. Aqui também as florestas viram mercadoria e a natureza, um serviço. Mas o PSA envolve outras atividades além das emissões evitadas com a redução do desmatamento; estão incluídos entre os “serviços ambientais” a proteção de bacias hidrográficas, da biodiversidade e dos ecossistemas.

Um dos riscos, nesse caso, é o de remunerar pretensos proprietários de terra, que na verdade são grileiros e madeireiros. Por outro lado, não se trata de serviços realizados por pessoas, e sim bens que a Terra oferece a todos os seres vivos, entre eles os humanos. Quem prejudica os seres vivos descuidando, saqueando e destruindo estes bens naturais do ambiente vital deve responder por suas ações irresponsáveis. Agora, quem cuida deles faz algo mais do que seu dever de pessoa responsável? Pagar a quem cuida livra de responsabilidades quem destruiu?

E qual a origem dos recursos? No Brasil eles são gerados em parte pela cobrança do uso da água; em alguns estados vêm de parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços); podem vir de fundos específicos, como o Fundo Amazônia, o Fundo de Recursos Hídricos e o Fundo Clima, todos em processo de definição de critérios e diretrizes operacionais. Mas são gerados também pelo mercado de carbono. Está em votação no Congresso Nacional um Projeto de Lei que cria o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, e também um Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, com recursos de doações e de participação na exploração do

petróleo. Seria mais uma forma de legitimar as petroleiras e outras indústrias poluidoras? Outra forma de beneficiar grileiros e madeireiros? Outra forma de gerar lucros transformando bens naturais em mercadorias?

Teeb: é o guarda-chuva dos programas de expropriação dos bens comuns da humanidade e da vida. Trata-se de um estudo internacional (sigla em inglês para A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade) para a elaboração de políticas locais e regionais em torno de serviços ambientais, atribuindo-lhes preço, valor econômico. É um estudo independente, liderado por Pavan Sukhdev<sup>1</sup>, elaborado pela iniciativa “A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade”, sediada no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com apoio financeiro da Comissão Europeia, Alemanha, Reino Unido, Holanda, Noruega e Suécia.

Um Teeb para o setor de negócios brasileiros foi lançado no final de outubro de 2011. Elena Pavese, gerente de Política Ambiental da “Conservação Internacional do Brasil”, grande ONG que promove o ambientalismo de mercado, afirmou: “No caso das empresas, ignorar o valor desses recursos significa no mínimo correr riscos operacionais, como o de falta de suprimento de matéria-prima, reputacionais, de regulação”<sup>2</sup>. Ou seja, a questão ambiental tornou-se um motor de crescimento para as empresas, um instrumento de lucro e de legitimação.

Isso tudo sem contar as mil “soluções” que jogam a responsabilidade para os indivíduos e preconizam soluções individuais: “cuidado com a sua pegada ecológica!”, advertenos aquele rapaz na televisão. Aí ficamos nos sentindo

---

<sup>1</sup> Ex-funcionário do Deutsche Bank.

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=556>

todos culpados, como se esquecer aquela lâmpada acesa pudesse ser a causa da crise energética; ou dar um banho mais prolongado nos filhos gerasse a escassez de água. Não é nas pequenas ações que está o maior perigo. Elas são ações importantes pelo seu caráter educativo, ligando as pessoas no cuidado que todos devemos ter para com a Terra. Mas, quando apresentadas como “a solução”, além de distrair a atenção dos verdadeiros destruidores da natureza, acabam transferindo a responsabilidade para a população, diluindo-a para cada um dos cidadãos. No caso, uma vez mais o lucro é deles, mas o custo é nosso!

O que se percebe é que os capitalistas não fazem o que lhes cabe como dever. Ao contrário, continuam divulgando suas FALSAS SOLUÇÕES como saídas para as atuais crises climática, alimentar,

econômica e social.

Para crises provocadas pelo capitalismo, mais capitalismo. Genial!

Agem como o time do interior lembrado na introdução da cartilha: pintam o capitalismo de verde! Mas como eles são ricos, brancos, homens e geralmente do hemisfério norte, vale usar um termo mais pomposo, já na moda por lá. Que tal *green washing*? Ou, *Lavagem Verde*?



# *E os movimentos sociais diante disso tudo? A luta continua!*

A boa notícia é que os movimentos sociais e as comunidades diretamente atingidas por essa aparentemente nova “economia verde” já perceberam o tamanho do problema. Com sua visão crítica, estão resistindo bravamente ao ataque do mercado contra os mais vulneráveis, como mulheres, idosos, afro-descendentes, comunidades tradicionais e povos indígenas, geralmente do Sul global. Dos sem-terra brasileiros às camponesas do Nepal – passando por um imenso espectro de lutas com múltiplas cores, línguas, culturas e efeitos políticos – os povos estão se organizando e enfrentando o modelo capitalista dominante. Os processos das revoluções nos países árabes são exemplos recentes disso; assim como o são as mobilizações na Europa e nos Estados Unidos.

Da mesma forma, as lutas contra o golpe em Honduras, pelo fim da ocupação militar do Haiti, contra o Plano Colômbia, contra os Tratados de Livre Comércio (TLCs) e tantas resistências e enfrentamentos a projetos de infraestrutura<sup>1</sup>, como as hidrelétricas e os hidrocarbonetos, a mineração, a agroindústria e a manufatura florestal, mostram que também na América Latina o momento histórico é de contestação contra-hegemônica. A marcha de Bolivianos contra a construção de uma estrada que atravessaria o

---

<sup>1</sup> Infraestruturas são importantes, mas não quando os custos totais são muito maiores que os benefícios, ou quando os custos são arcados por muitos e os benefícios por um punhado de ricos.

Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure (Tipnis), na Floresta Amazônica, é um bom exemplo: marcharam durante mais de dois meses, foram recebidos em La Paz por centenas de milhares de pessoas, para obrigar o Governo boliviano a voltar atrás e garantir que o projeto não iria mais passar pelo Parque. Essas lutas geram esperança, mas não se pode baixar a guarda!

O capítulo atual dessa história vai ficar marcado pela disputa em torno do novo lema do mercado: “Economia verde”. É claro que eles não irão dar a ele um nome aterrorizante, como “Ajuste Estrutural Ambiental”, ou “ambientalismo truncado”; menos ainda o chamariam de “Bolsa-Banqueiro”, ou “Programa de Dominação Pela Dívida”. Os que fazem funcionar o mercado são, certamente, muito espertos. Aprenderam com os erros do passado. A nova investida neoliberal tem de ter um nome que pareça bom para todo o mundo, que prometa resolver um problema comum a todos, como o meio ambiente em risco. E quem – em sã consciência e boa fé – pode negar que a crise ambiental e climática é um problema e uma ameaça para todas as pessoas? Pronto: encontraram a fórmula para empurrar o mesmo pacote de medidas neoliberais, que só beneficia a eles – em detrimento da maioria que trabalha duro todo dia –, só que agora como se fosse algo “necessário” para salvar o planeta: a “economia verde”. Verde pela quantidade de dólares nos bolsos e bolsas deles. Para a humanidade, “verde” apenas como aqueles buracos da pequena área do campo de futebol do interior: pintados de verde, mas continuando buracos.

Em outras palavras, capitalismo não deixa de ser capitalismo por estar pintado de verde. Pelo contrário, será um capitalismo mais perigoso, enganador, disfarçado, e mais avassalador em relação aos direitos humanos e à Terra.

Há quem ache que ainda é cedo para concluir que economia verde é a nova roupagem de ajuste estrutural. Muitos dirão que ainda é um termo em disputa, que não podemos ser apressados. É verdade. Todo termo está sempre em disputa, mas vamos ver a seguir o que tem acontecido nos últimos anos, quem tem ganhado essa disputa, por enquanto.

Ecologia: virou lema do mercado.

Desenvolvimento Sustentável: virou lema do mercado.

Segurança Alimentar: tema do mercado, que rejeita sua irmã gêmea – a Soberania Alimentar.

Direitos Humanos: garante-se com livre mercado e livre comércio, segundo eles.

Direitos das Mulheres: direitos iguais para o mercado.

Povos Indígenas: objeto preferencial de ONGs ligadas às empresas.

E por aí vai...



## *Código Florestal*

A modificação do Código Florestal que está prestes a ser aprovada no Congresso Nacional é uma síntese dos interesses de várias frações da burguesia agrária, nacional e internacional. Nessas alterações estão contemplados os atrasados latifundiários, que não precisarão recuperar as beiras de rios que desmataram; também estão atendidos os carcinocultores e a indústria hoteleira, que destrói os mangues de toda nossa costa,

assim como as empresas de celulose e papel, que poderão fazer desertos verdes onde deveria existir a biodiversidade.

Porém, um grupo de alterações tem ganhado pouca visibilidade, mas possui grandes interesses atendidos. Trata-se da mercantilização da natureza. Em um capítulo chamado "Incentivos à recuperação e preservação do meio ambiente", o projeto ruralista regulamenta a transformação da natureza, das florestas, da biodiversidade, em mercadoria. Caso a promulgação dessa lei ocorra, por exemplo, cada hectare de floresta poderá ser registrado como Cota de Reserva Ambiental, e esta deverá ser obrigatoriamente registrada em uma bolsa de valores.

Um projeto preocupado com a situação ambiental do nosso país trataria de estimular formas justas e cooperadas de se gerar renda a partir do manejo das florestas e da recuperação das áreas degradadas. Obrigar os grandes a recuperarem parte do grande mal ambiental que fizeram nos últimos 40 anos. Mas,

ao contrário, esse

projeto caminha a passos largos para o Capitalismo Verde, mantendo as velhas formas de exploração do meio ambiente e ampliando o potencial extrativo do Capital.



Os movimentos sociais, por seu lado, exigem:

- **Justiça Ambiental<sup>2</sup>**

O conceito de Justiça Ambiental refere-se ao tratamento justo e ao envolvimento pleno de todos os grupos sociais, independentemente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, a ocupação e o uso dos recursos naturais em seus territórios.

As lutas por justiça ambiental defendem:

1. os recursos ambientais como bens coletivos, para o presente e para o futuro, cujos modos de apropriação e gestão devem ser objeto de debate público e de controle social;
2. os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção ambiental rigorosamente igual contra a discriminação sócio-territorial e a desigualdade ambiental;
3. garantias à saúde coletiva, através do acesso realmente igual aos recursos ambientais, à sua preservação, ao combate à poluição, à degradação ambiental, à contaminação e à intoxicação química - que atingem especialmente as populações que vivem e trabalham nas áreas de influência dos empreendimentos Industriais e agrícolas;
4. os direitos dos atingidos pelas mudanças climáticas, exigindo que as políticas de mitigação e adaptação priorizem a assistência aos grupos diretamente afetados;
5. a valorização das diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição que grupos indígenas, comunidades tradicionais, agroextrativistas e agricultores familiares dão à conservação dos ecossistemas e biomas;

<sup>2</sup> Fonte: Rede Brasileira de Justiça Ambiental. [www.justicaambiental.org.br/](http://www.justicaambiental.org.br/)

6. o direito das comunidades tradicionais aos seus ambientes específicos, segundo suas culturas;
  7. a alteração radical do atual padrão de produção e de consumo, na perspectiva da economia do suficiente e do consumo consciente.
- Bem Viver

O conceito de Bien Vivir, base das demandas do governo da Bolívia na CQNUMC, emana dos povos indígenas da América Latina. Eles caracterizam o modelo de desenvolvimento econômico capitalista como destrutivo, com sua ilusão de crescimento ilimitado, e apontam para a recuperação, revalorização e o fortalecimento dos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas, e para o reconhecimento da Natureza como ser vivo, portador de direitos, com a qual a sociedade tem uma relação indivisível, interdependente, complementar e espiritual (CMPCC, 2010). De acordo com a Coordenação Andina de Organizações Indígenas,

*Vivir Bien es vivir en comunidad, en hermandad y especialmente en complementariedad. Es una vida comunal, armónica y autosuficiente. Vivir Bien significa complementarnos y compartir sin competir, vivir en armonía entre las personas y con la naturaleza. Es la base para la defensa de la naturaleza, de la vida misma y de la humanidad toda. (CAOI, 2010, pp. 21-22)*

Pela anulação incondicional das dívidas ilegítimas dos países do Sul e a realização de auditorias integrais e participativas.

Reparações pelas dívidas sociais, ecológicas e históricas, promovendo mudanças estruturais nas relações intra e entre países.

Libertação da dominação do capital financeiro em nossas economias e pelo fim das instituições multilaterais como o Banco Mundial, o FMI, a OMC, e bancos regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Reverter os acordos comerciais, os tratados de proteção dos investimentos e toda forma de aplicação de Direitos de Propriedade Intelectual e pacotes tecnológicos atuais (agroquímicos, transgênicos), além daqueles que são oferecidos como falsas soluções (agrocombustíveis, geoengenharia, nanotecnologia, tecnologia de sementes Terminator, biologia sintética, metagenômica e outras similares).

Promover a refundação das instituições e dos mecanismos reguladores para por fim à supremacia dos interesses financeiros sobre os direitos dos povos e da natureza.

Garantir o acesso aos serviços públicos essenciais e estratégicos como saúde, educação, água e saneamento, transporte, serviços financeiros, telecomunicações, fundos de pensão, e aos recursos energéticos e naturais, protegendo-os das políticas de privatização.

Deixar os combustíveis fósseis no subsolo à medida que se promove uma mudança estrutural na produção e no consumo de energia e nos investimentos em energias renováveis e harmônicas com o ecossistema.

Promover a Soberania Alimentar, entendida como o direito dos povos de controlar suas próprias sementes, terras, água e a produção de alimentos, e reverter o modelo capitalista de agricultura baseado no agronegócio, com sua lógica anti-social de produção de alimentos para o mercado.

É fundamental, então, estarmos atentos e nos organizarmos para vencer essa disputa. O Planeta e a maioria da humanidade que mais sofre por conta desse

modelo não podem mais esperar. Ou transformamos o modo de produção e a cultura produtivista e consumista atual, caminhando para um modo de vida assentado sobre a economia solidária – uma economia de trabalhadores autônomos, uma política da partilha, do amor e da construção coletiva de uma sociedade em que, além da produção coletiva, os bens comuns sejam de todos e estejam a serviço de todas as pessoas –, ou a vida na Terra continuará ameaçada de extinção. É preciso denunciar com urgência e indignação que a “economia verde”, como é apresentada para a Rio+20, é mais uma expressão ideológica do *ambientalismo de mercado*; é capitalismo disfarçado de verde, tenha esse ou outro nome que inventarão amanhã ou depois para mascarar de verde aquilo que está pegando fogo: o destino da humanidade se define junto com o do planeta Terra.

A Rio+20 é um momento decisivo nessa história. Ela é mais uma chance de nos mobilizarmos para enfrentar mais esse avanço do sistema capitalista em oposição à vida.

A Rio+20 está programada para ser o primeiro da série de megaeventos que desejam testar a capacidade de mobilização e resistência dos cariocas e brasileiros. Precisamos dar uma resposta à altura do desafio.

Se depender da nossa luta, eles Não Passarão!

# Propostas de ações

**P**ara coordenar esforços na luta por alternativas que superem a atual situação, propomos as ações a seguir.

- Anulação total e incondicional das dívidas ilegítimas cobradas dos povos e países do Sul, e a realização de auditorias integrais e participativas das dívidas.
- Reparação das Dívidas Históricas, Sociais, Financeiras, Ecológicas e Climáticas, promovendo mudanças estruturais nas relações entre os países e no interior de nossos países, para avançar na direção de sociedades igualitárias e justas.
- Banco Mundial fora do Clima! Por fundos públicos, novos, adicionais e não reembolsáveis, eliminando o mercado de carbono e o papel do Banco Mundial e dos bancos de desenvolvimento locais no financiamento para o clima.
- Exigir a redução de emissões nos países do Norte e o reconhecimento de sua responsabilidade no aquecimento global.
- Rechaço das "falsas soluções" de mercado: MDL, REDD, energia nuclear, agrocombustíveis, endividamento ilegítimo, entre outros.
- Pelo fim da dominação do capital financeiro sobre a economia e a política das nações, e pelo fechamento das Instituições Multilaterais, como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e os bancos regionais, como o Interamericano

de Desenvolvimento (BID). Exigir o fim da impunidade e reparações aos crimes cometidos.

- Revisar e reverter os acordos comerciais, os tratados de proteção e os investimentos, bem como toda forma de aplicação dos pretensos direitos de propriedade intelectual e os pacotes tecnológicos atuais – agroquímicos, transgênicos – e os que são oferecidos como "falsas soluções" – geoengenharia, nanotecnologia, tecnologia Terminator e similares.
- Promover a refundação das instituições e mecanismos reguladores para pôr fim à supremacia dos interesses financeiros sobre os Direitos dos Povos e da Natureza.
- Garantir o acesso aos direitos humanos essenciais, como saúde, educação, habitação, aposentadoria, trabalho digno, água e saneamento, transporte, serviços financeiros, telecomunicações, recursos energéticos e bens naturais, evitando sua privatização.
- Deixar os combustíveis fósseis no subsolo à medida que se promove uma mudança estrutural na produção e no consumo de bens e de energia, e nos investimentos em energias renováveis e harmônicas com o ecossistema. Rumar para formas de convivência social, política, cultural e econômica fundamentadas na harmonia, na complementaridade, na solidariedade e no equilíbrio entre todos os seres humanos, e destes com os demais seres vivos e com a vida da Terra.
- Reestruturação ecológica das cidades. Combater a especulação imobiliária e as injustiças ambientais, a competição interurbana desregulada, a remoção das populações pobres das cidades.
- Fomentar energias alternativas adequadas aos meios naturais, sustentáveis, limpas, renováveis, descentralizadas, diversas e de baixo custo.

- Reconhecer e proteger os direitos das populações forçadas a imigrar pelas causas e efeitos da mudança climática.
- Garantir, proteger e defender os territórios de povos originários e camponeses que mantêm os ecossistemas que protegem o clima. Favorecer a agricultura camponesa e a produção agroecológica. Respeitar as formas de vida dos povos e comunidades do Sul e suas alternativas de vida.
- Não permitir novos projetos que agravem a crise ambiental e climática. É o momento de parar a exploração e a opressão à Natureza; aprender com as comunidades e povos ecologicamente sustentáveis a não reduzir a vida à mera mercadoria e fazer a reparação integral da Dívida Ecológica.
- Defender a Soberania Alimentar, entendida como o direito dos povos a controlar suas próprias sementes, terras, água e produção de alimentos, e a reversão do modelo de agricultura baseada no agronegócio e seu modelo social, econômico e cultural de produção capitalista e sua lógica de alimentos para o mercado. Afirmamos que as monoculturas de árvores não são florestas.

Nosso mundo não está à venda! Nossa dignidade, amor pela terra, e nossos saberes e culturas também não!

Natureza, Pachamama, Vida: não se vendem, nem pagam dívidas; se defendem!

Não podes comprar o vento.  
Não podes comprar o sol.  
Não podes comprar a chuva.  
Não podes comprar o calor.  
Não podes comprar as nuvens.  
Não podes comprar cores.  
Não podes comprar alegrias.  
Não podes comprar minha vida!  
Vamos desenhando o caminho...  
Vamos caminhando...  
Aqui se respira luta!  
Aqui estamos em pé!



## 20 anos de metas descumpridas

1. Aumento da emissão de CO<sub>2</sub> = 36% (80% vem de 19 países).
2. Aumento da temperatura: 0,04°C.
3. Desde 1998: anos mais quentes da história.
4. Desastres naturais dobraram.
5. Biodiversidade: -12%.
6. Florestas: 300 milhões de hectares cortados (> Argentina) – no lugar das florestas pastos, monocultivo de eucalipto, palma, soja e cana. Em 1992 eram oito milhões de km<sup>2</sup> => hoje, 14 milhões.
7. Produção de alimentos: +120%.
8. Consumo de recursos naturais: +40%.
9. Consumo de peixes e mariscos: +32%.
10. Produção de plástico: +130%.
11. Uso de fontes renováveis de energia: +13%
12. População: +26%.
13. Favelas: +181 milhões de moradores. A pobreza extrema no Brasil atinge mais de 16 milhões de pessoas.
14. O uso indiscriminado de fertilizantes nitrogenados, cujo uso aumentou globalmente 135% nos últimos 20 anos, três vezes mais do que a produção alimentar.
15. Aumento da dívida pública brasileira, que em 2011 cresceu 10% – mais de três trilhões de reais –,

comprometendo 45,05% do orçamento para pagar juros e amortizações = R\$ 708 bilhões.

16. Megaprojetos e megaeventos expulsam milhares de pessoas de suas casas e comunidades.
17. Aprofundamento da exploração dos bens comuns e sua mercantilização (extração global de materiais da superfície terrestre elevou-se, nos últimos vinte anos em 41%. As emissões aumentaram 39%).
18. REDD, Teeb, Créditos de Carbono e MDL são faces da Economia Verde = falsas soluções.
19. Os países industrializados do Norte, que representam menos de 20% da população do mundo, geraram cerca de 75% das emissões históricas.
20. Aprofundamento da dívida financeira, climática e ecológica financiada pelas instituições financeiras (BID, Banco Mundial, Bird, BNDES e outros).

